Ingratos e inglórios

» JOSÉ NATAL DO NASCIMENTO
Jornalista

A mídia registrou que mais de 250 mil pessoas foram à solenidade de despedida do nosso Rei do futebol, Pelé, na Vila Belmiro, estádio do Santos, em São Paulo. Fato significativo, importância. Documento vivo da paixão sincera de toda uma comunidade por um ídolo, o jogador de futebol, um ser humano amado. Um fenômeno.

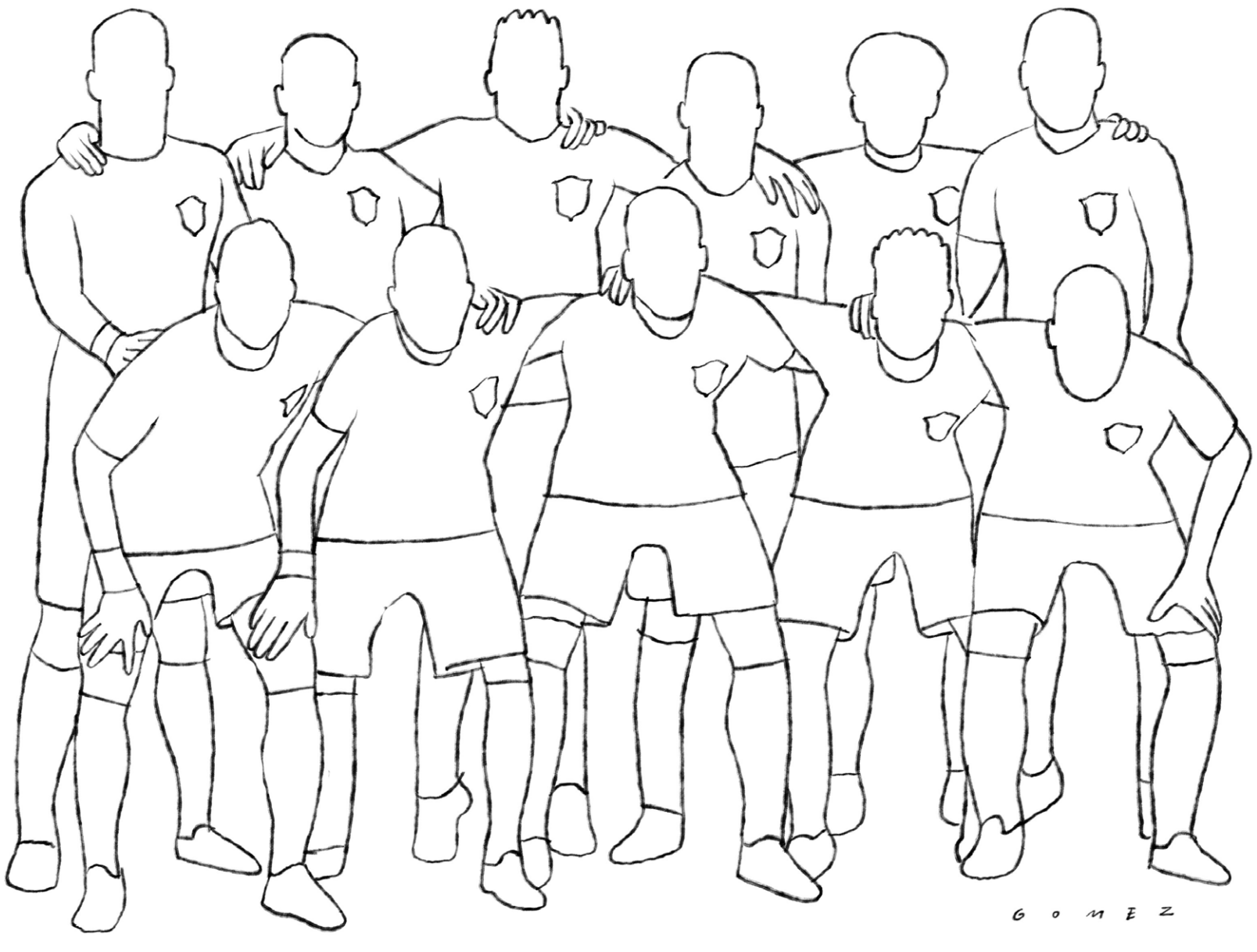
Passaram por lá figuras de diferentes integrantes da comunidade santista e brasileira. Desde os lixeiros da Praia de Santos, sindicalistas, bancários, operários, empresários, homens e mulheres de diferentes setores da sociedade paulista e brasileira. Foram render homenagens a um homem que levou o nome do Brasil ao planeta e à eternidade. Esteve lá também o presidente do Brasil, Luiz Inacio Lula da Silva e o governador de São Paulo, Tarciso de Freitas.

Triste ironia. Lamentável constatação. Mesmo com o corpo de Pelé exposto à visitação pública durante 24 horas, nenhum jogador da Seleção Brasileira de Futebol, nossa pretensa grife do futebol nacional, esteve presente para render homenagens ao nosso maior símbolo, nosso ilustre representante. Nosso cartão de apresentação diante do mundo da bola.

Como se diz por aí, a vida se resume no detalhe. E aqui o detalhe vale ouro. Nossa Seleção não acumula fracassos por acaso. Nossa Seleção não se apequena sem motivo. O motivo tá aí. Faltam a ela integrantes que entendam o que é representar um país, um povo, um sentimento e uma vontade de vencer.

Aqui, o detalhe. O ex-jogador e hoje polêmico comentarista esportivo, Neto, deu o sinal da nossa triste memória esportiva. Nenhum jogador da atual Seleção Brasileira, fracassada no mundial do Catar, esteve presente na despedida de Pelé. Tite, o comandante dessa mesma Seleção, nem sequer mandou flores ou uma simples e modesta mensagem à família de Pelé.

Difícil entender isso, mesmo que haja entre eles um ou outro que tenha se manifestado de alguma forma. Um gesto negativo da Seleção, sob todos os aspectos. Já na eternidade, Pelé sinaliza com todas as letras e argumentos o porquê da sua grandeza incomparável e a supremacia no que se propôs a fazer em vida. E fez. Nota zero para a Seleção e seus comandos.



Novo governo precisa provar que respeita consumidores

» IGOR BRITO - *Diretor de relações institucionais do Instituto Brasileiro de Defesa do Consumidor (Idec)*
» RENATO BARRETO - *Coordenador de advocacy do Idec*

"Defender os direitos das pessoas como consumidoras é defender a própria cidadania, a dignidade e o mínimo existencial na sociedade de consumo. Consumidores são o maior setor da economia e o menos ouvido nas decisões de políticas públicas de produção e consumo."

Assim começa a carta que o Idec enviou ao ex-governador e senador eleito, Flávio Dino, no dia em que foi indicado para o Ministério da Justiça pelo novo governo. Procurador de carreira e conhecedor do sistema jurídico brasileiro, Dino terá a oportunidade de provar que o Estado tem o compromisso de colocar os direitos dos consumidores em destaque.

É na pasta da Justiça que fica a Secretaria Nacional do Consumidor (Senacon), órgão responsável por articular o Sistema Nacional de Defesa do Consumidor, que já há muitos anos tem sofrido com falta de estrutura e sido utilizada para agradar aliados de momento dos governos, apenas para atender interesses de grupos políticos ou de setores do mercado.

No Brasil, as pessoas conquistaram com a Constituição de 1988 o direito fundamental de serem defendidas pelo Estado nas relações de consumo. Mas, nos últimos anos, as perdas de direitos provocaram retrocessos nas políticas de acesso à justiça e a bens e serviços.

Uma das principais pautas da defesa do consumidor é o combate ao superendividamento. Mais de 40 milhões de pessoas estão nessa situação no Brasil e, por isso, não conseguem honrar compromissos financeiros sem prejuízo do próprio sustento, sobrevivendo à margem e abaixo dos limites dos direitos fundamentais sociais fixados pela Constituição.

Enquanto o país precisava de medidas concretas para diminuir o grau de endividamento da população, o governo ora realizou e ora apoiou um conjunto grande de medidas cujo único propósito foi favorecer interesses de banqueiros, permitindo ainda mais a captura da renda das famílias mais pobres para pagamento das mais altas taxas de juros do planeta. Como exemplo, lamentamos lembrar a Lei 14.431/22, que autorizou o aumento na margem de consignação de 40% para 45% da renda mensal para beneficiários do INSS, e da extensão da concessão de crédito consignado para desconto diretamente em programas sociais como o Auxílio Brasil, com taxa de juros de 51% ao ano. O Executivo também é autor do Projeto de Lei 4.188/2021, que estabelece o Novo Marco de Garantias, atualmente tramitando no Senado, que, entre outras regras, estimula cidadãos a oferecer suas casas como garantia de empréstimos múltiplos, bem como autoriza o uso de aparelhos celulares, motos, carros e outros bens móveis para esse fim. Tudo isso vem ocorrendo diante da omissão (em algumas vezes com expresso apoio) da Senacon.

O Idec, que conta com mais de 35 anos de dedicação ao interesse público e à defesa de direitos, espera que a próxima gestão do Ministério da Justiça, em especial da Senacon, tenha compromisso rigoroso e verdadeiro com o interesse dos direitos das pessoas consumidoras. Que combata duramente a captura dos espaços e processos decisórios pelos representantes de grandes empresas e que adote medidas concretascontra o conflito de interesses e a interferência dos setores produtivos nas políticas e regulações.

Esperamos que as pessoas escolhidas para compor os quadros do ministério se empenhem na ampliação de direitos da classe consumidora e na maximização do acesso à justiça e à informação e nos colocamos à inteira disposição para cooperar com a reconstrução da Política Nacional das Relações de Consumo.

Educação profissional e tecnológica, muito além da profissionalização

» MARCELO CASTRO
Senador (PI) e presidente da Comissão de Educação, Cultura e Esporte do Senado Federal

Temos enfrentado um momento desafiador para o país, principalmente na condução do futuro próximo que pretendemos construir. Estamos lidando com um histórico recente de adversidades, que assolaram as condições socioeconômicas dos brasileiros e, diante de insuficiência de recursos para garantir direitos fundamentais para os cidadãos, principalmente às nossas juventudes, que são aqueles que, amanhã, estarão à frente do país. O que podemos fazer para reduzir esses danos e proporcionar perspectivas melhores especialmente para essa população abandonada pelo poder público?

Há desidratação orçamentária destinada a áreas indispensáveis como a de educação, além dos cortes de verba para a operação em andamento da nossa estrutura educacional pública. Esse quadro nos desafia a direcionar os esforços para medidas efetivas que causem o impacto necessário para promover oportunidades a quem está, constitucionalmente, sob nossa responsabilidade.

À frente da Comissão de Educação do Senado Federal acompanhei agendas importantes para o país nesse sentido, como os debates para o fortalecimento da educação profissional e tecnológica, da Base Nacional Comum Curricular (BNCC) e, principalmente, a criação do

Sistema Nacional de Educação (SNE), que, junto com os demais senadores, aprovamos o texto que está para ser apreciado pela Câmara dos Deputados. Mas temos que continuar avançando em outras agendas.

No Senado Federal, por exemplo, tramita o Projeto de Lei 6494/19, que propõe criar um arcabouço legal para que a educação profissional e tecnológica (EPT) possa se desenvolver no país com diretrizes, governança e responsabilidades definidas. É um passo fundamental

para fomentar essa modalidade de ensino que é capaz de transformar vidas, proporcionar inclusão produtiva e social e contribuir efetivamente com o desenvolvimento do país.

Conheço de perto o potencial de transformação socioeconômica que a EPT gera para os jovens. Por duas décadas, lecionei na Escola Técnica Federal do Piauí, hoje, Instituto Federal do Piauí (IFPI). Sei o quanto os jovens que têm acesso a uma formação geral unida a uma formação profissional ampliam seus horizontes e as possibilidades de construção de seus projetos de vida. É essencial darmos esse tipo de oportunidade para mais brasileiros, principalmente porque ainda temos a nosso favor o bônus demográfico, com mais jovens do que idosos no Brasil. Com investimentos direcionados para essa população, temos a chance de contribuir com um futuro produtivo para os que, hoje, somam mais de 50 milhões de cidadãos. A educação profissional e tecnológica, nesse contexto, contribui para a inserção digna dessas juventudes no mundo do trabalho, facilita a transição da vida escolar para a profissional e, ainda, estimula a continuidade dos estudos.

A EPT tem valor indiscutível. Estudo do Itaú Educação e Trabalho, em parceria com as Fundações Roberto Marinho e Arymax, realizada com 800 empresas, revelou que a educação profissional e tecnológica viabiliza mais oportunidades de evolução de carreira para os jovens. Jovens que cursaram o ensino técnico têm maiores chances de estarem ocupados e com contratos formais em relação àqueles que apenas concluíram o ensino médio. Além disso, a trajetória profissional é positivamente impactada. Para 42% das empresas consultadas, os jovens com formação técnica permanecem e evoluem de cargo. O estudo mostra, também, que 61% das empresas têm algum gestor que já ocupou cargo técnico.

Essa formação é, inclusive, um anseio das juventudes. Outra pesquisa do Itaú Educação e Trabalho, com 14 mil jovens, revelou que, para lidar com os efeitos da pandemia, a preparação para o mundo do trabalho aparece como a ação mais importante, seguida de investimentos na oferta de qualificação profissional.

O PL 6494/19 pode ser o primeiro passo para finalmente termos uma política nacional de educação profissional e tecnológica. Além de guiar a atuação dos estados que têm a maior responsabilidade na oferta de profissionalização a partir da educação, essa legislação viabilizaria programas de avaliação dos cursos técnicos e, com base nos resultados, teríamos nitidez de como melhorar a oferta de maneira assertiva e progressiva. A proposta rompe, também, com um obstáculo que existe hoje para que o jovem egresso do curso técnico dê continuidade em seus estudos ao permitir o aproveitamento de créditos da formação técnica no ensino superior.

São passos que podemos dar para enfrentar esse cenário de inúmeras adversidades e para agir em diversas frentes de atuação. Uma delas deve ser, prioritariamente, garantir oportunidades de desenvolvimento pessoal e profissional para os jovens. Só assim somaremos esforços por um país bom para todos.